

Ata de Reunião
Ata de Reunião

 Ass Da	Assunto: Comissão Colaborativa		Data: 12/08
	Redator: Marcela Gonzaga		Local: Sala Virtual AEPII
			Hora Início/Fim: 14:00 às 16:25

Reintegrantes: Marcela Gonzaga

Juíza de Direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino - Coordenação dos Juizados Especiais – COJE
Juiz de Direito Jonny Maikel dos Santos - Corregedoria das Comarcas do Interior
Juíza de Direito Rosemunda Souza Barreto Valente
Juiz de Direito Glauco Dainese de Campos
Juiz de Direito Joselito Rodrigues de Miranda Junior – Corregedoria Geral de Justiça
Juíza de Direito Andrea Paula Matos Rodrigues de Miranda – Corregedoria Geral de Justiça
Janaína Barreto de Castro, Secretária de Gestão de Pessoas
Ilana Campos – Representante da OAB
Adriano Batista – Representante da OAB
Marcela Rangel, assessora da DPG
Marcela Valverde Gonzaga, assessora da AEPII
Thaís Fonseca Felippi Pimentel, Diretora de Primeiro Grau

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aos 12 dias do mês de agosto do corrente ano, compareceram à sala de reuniões virtual da AEPII, às 14:00 horas, os membros do Comissão Colaborativa, conforme registro fotográfico em anexo, para discussão dos pontos da pauta abaixo delineados.

Iniciada a reunião, a Juíza de Direito Andrea Paula cumprimentou a todos e informou que o Juiz Assessor Especial da Presidência, Fábio Alexsandro Costa Bastos, em razão da realização de agenda extraordinária, solicitou que a mesma presidisse a presente reunião, passando a deliberar sobre os itens a seguir:

1. Apresentação dos Projetos de Saneamento.

Com a palavra, Thaís Fellipi informou que a Diretoria de Primeiro Grau foi demandada pela Assessoria Especial da Presidência II, para elaborar projeto de Saneamento das Unidades Judiciárias do PJBA. Asseverou que foi executado um estudo de todas as unidades judiciais, verificando quais são as necessidades mais latentes, a partir do qual foram definidos critérios objetivos de escolha das unidades a serem beneficiadas pelo saneamento.

Passada a palavra para a gerente de projetos da Diretoria de Primeiro Grau, Marcela Rangel, cumprimentando a todos, compartilhou a tela de apresentação do Projeto de Saneamentos, a fim de apresentá-lo. Asseverou tratar-se de um plano inicial, que visa estabelecer um objetivo a fim de obter efetividade nos Saneamentos das Unidades Criminais e Cíveis.

Pontuou que os critérios objetivos são, dentre outros: o Acervo da Vara e o Índice de Atendimento à Demanda (IAD). Pontuou que a taxa de congestionamento é aferida sempre no mês de dezembro, e que, por este motivo, não é um índice suficientemente apurado para ser levado em conta no momento de se confrontar os critérios objetivos.

Complementou, ainda, que o acúmulo de processos e elevado acervo são os critérios básicos de escolha das unidades.

Ata de Reunião
Ata de Reunião

		
	Assunto: Comissão Colaborativa	Data: 12/08
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual AEPII Hora Início/Fim: 14:00 às 16:25

Redator: Marcela Gonzaga

Acreditou que o alvo do Projeto é identificar os processos mais antigos e adotar medidas concretas para o seu devido andamento e consequente julgamento, atendendo a Meta 02, do Conselho Nacional de Justiça.

Noticiou que, apesar de não ser obrigatório, o quesito “unidade sem juiz” também é um critério objetivo a ser observado no momento da escolha da unidade beneficiada.

Ademais, pontuou que o saneamento será realizado prioritariamente nos processos virtuais, de modo remoto, informando ainda que, em casos excepcionais, os processos físicos existentes nas unidades criminais de entrância final, serão recolhidos e transportados para Salvador, a fim de serem analisados e saneados.

Informou que o Grupo de Trabalho Eficiência, demandante do projeto, sob a presidência do Juiz Assessor Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais, aprovou e vem acompanhando o andamento deste projeto.

Avançou-se na apresentação do Projeto e, em seguida, abriu-se espaço para os componentes fazerem as suas colocações a respeito do mesmo.

Com a palavra, Dra. Andrea Paula sugeriu que um critério objetivo a ser observado seja a existência de Pedidos de Providências do Conselho Nacional de Justiça, determinando atuação em determinada unidade.

Informou que a Corregedoria tem um Pedido de Providências do CNJ, em aberto desde novembro de 2019, para atuar nas Varas da Infância e Juventude, acrescentando que, conquanto já tomadas algumas providências, ainda existe a necessidade de atuação de Equipe de Saneamento naquelas unidades.

Dra. Rose Valente corroborou com a informação. Salientou que existem muitos processos carentes de atos cartorários. Pontuou que o Cartório não tem condições de atender à demanda, uma vez que existe um grande fluxo represado.

Marcela Rangel informou que este critério será colocado para discussão no Grupo Eficiência, ente responsável por deliberar acerca dos critérios objetivos de escolha das unidades beneficiadas.

Dra. Ilana Campos, representante da OAB, cumprimentou a todos e informou que seria salutar a atuação deste grupo também nas demandas represadas no Núcleo de Digitalização – Unijud.

Thais Fellipi informou que esta demanda foi identificada e trabalhada pela atual gestão, aduzindo que, em fevereiro de 2020 haviam 70 mil processos represados, pendentes de atuação da unidade de digitalização, e que atualmente o número é consideravelmente menor, restando 12 mil processos pendentes.

Dra. Fabiana Pelegrino asseverou que a colocação da Dra. Ilana é importante e vem sendo observada pelo Tribunal de Justiça. Pontuou que o NUPEMEC vem trabalhando na implementação do CEJUSC

Ata de Reunião
Ata de Reunião

			
	Assunto: Comissão Colaborativa		Data: 12/08
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual AEPII	Hora Início/Fim: 14:00 às 16:25

Redator: Marcela Gonzaga

Regional e CEJUSCs itinerante, atendendo à mais recente normativa do CNJ. Acrescentou, ainda, que a digitalização se faz necessária e imprescindível nestas Comarcas que serão agraciadas pelos CEJUSCs, para viabilizar o trabalho.

Com a palavra, o Dr. Adriano Batista, representante da OAB, cumprimentou a todos e questionou se todas as varas que serão beneficiadas pela Equipe de Saneamento já foram escolhidas e catalogadas.

Em resposta, Marcela Rangel informou que a lista não está finalizada. Pontuou que a pesquisa das unidades beneficiadas se dará ao longo do tempo, analisando-se, dentre outros critérios, o quantitativo de processos da Meta 02 do CNJ e os critérios objetivos anteriormente relatados.

Em seguida, apresentou uma relação de Comarcas com grande acervo de Meta 02, distribuídos e não julgados, separadas por Comarcas, que possuem, ou não, magistrados titulares:

(Não possuem juízes titulares)

Correntina: 5.065

Ubatã: 3.277

Esplanada: 3.178

Itagibá: 3.128

São Desidério: 3.116

Iguaí: 3.083

Santa Maria da Vitória: 2.991

Santa Rita de Cássia: 2.976

Medeiros Neto: 2.941

(Com juízes titulares)

6ª Vara da Fazenda Pública: 6.042

8ª Vara da Fazenda Pública: 5.346

7ª Vara da Fazenda Pública: 5.265

1ª Vara Cível de Salvador: 4.987

Vara de Jurisdição Pleno de Inhambupe: 4.872

1ª Vara de Feitos de Relação de Consumo Cíveis e Comerciais de Salvador: 4.501

Vara Cível de Livramento de Nossa Senhora: 4.495

6ª Vara Cível e Comercial de Salvador: 4.488

5ª Vara da Fazenda Pública: 4.442

Dr. Adriano Batista informou que existem algumas Varas, como, por exemplo, a 5ª Vara da Fazenda Pública e a 5ª Vara Cível e Comercial, que são alvo de reclamações diárias a respeito de processos que estão parados. Asseverou que este Projeto de Saneamento deve ser feito em colaboração com a Corregedoria deste Tribunal.

Dr. Glauco asseverou que não é por acaso que quase todas as Varas listadas são de Fazenda Pública da Comarca de Salvador. Pontuou que o fluxo de trabalho é inenarrável, que nem a assessoria, nem os serventuários do cartório dão conta do volume de processos. Acrescentou que

Ata de Reunião
Ata de Reunião

 Ass Da			
	Assunto: Comissão Colaborativa		Data: 12/08
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual AEPII	Hora Início/Fim: 14:00 às 16:25

Redator: Marcela Gonzaga;
É necessário que seja disponibilizada uma melhor estrutura de pessoal para estas Varas.

À título exemplificativo, pontuou que na Vara em que é titular existe um processo de 72 volumes, somente contendo as peças iniciais. Noticiou que o problema é de estrutura, e que não acredita que somente a atuação da equipe de Saneamento irá resolver este cenário.

Dr. Adriano pontuou que entende a grande dificuldade que o Tribunal vem enfrentando, contudo cientificou que a advocacia sabe quem são os magistrados que deixam a prestação jurisdicional a desejar.

Com a palavra, Dr. Jonny Maikel corroborou com as colocações do magistrado Dr. Glauco, destacando que existe um problema de cunho estrutural, de carência de pessoal que precisa ser sanado pelo Tribunal de Justiça, inclusive nas Comarcas de entrância inicial. Exemplificou que na Comarca de Antas há, apenas, um servidor para a Vara Cível e um servidor para a Vara Criminal.

Sugeriu que um critério a ser levado em conta na escolha das unidades beneficiadas seja o fato da Comarca ter sido desativada. Pontuou que a partir da desativação de determinadas Varas, os processos correspondentes foram encaixotados, permanecendo sem movimentação ou digitalização; ressaltando que, após a reativação daquelas Varas, não foram adotadas providências para auxiliá-las, e que as mesmas perderam estrutura e servidores.

Por fim, Marcela Rangel apresentou uma lista sugerida, mas ainda não finalizada, de 50 unidades a serem beneficiadas, no futuro, de acordo com os critérios objetivos, aqui apresentados.

2. Projeto de Expansão dos Cartórios Integrados.

Marcela Rangel iniciou a apresentação do Projeto de Expansão dos Cartórios Integrados, informando que já está em trâmite, de execução interna, a implantação do 2º Cartório Cível Integrado da Comarca de Salvador, contemplando a 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, e 10ª Varas Cíveis, salientando que o Cartório respectivo ficará alocado no 2º andar do Fórum Ruy Barbosa. Cientificou que o cronograma de obras necessárias, está em fase de planejamento.

Asseverou que estão sendo levadas em consideração as determinações do Conselho Nacional de Justiça a fim de aprimorar o atendimento ao público e a melhor prestação jurisdicional. Elencou alguns pontos de oportunidade trazidos pelo CNJ.

Pontuou que a gestão está estudando também a possibilidade de implantar o 1º Cartório Integrado da Comarca de Feira de Santana e o Cartório Integrado da Violência Doméstica.

Marcela Rangel esmiuçou o Projeto de Expansão dos Cartórios Integrados, descrevendo o acervo, índice de atendimento à demanda, dentre outros índices das Varas que serão abrangidas pelo projeto, abrindo a palavra aos participantes para considerações a respeito do mesmo.

Ata de Reunião
Ata de Reunião

 Ass Da			
	Assunto: Comissão Colaborativa		Data: 12/08
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual AEPII	Hora Início/Fim: 14:00 às 16:25

Redator: Marcela Gonzaga

Dr. Adriano informou que, particularmente, é a favor dos Cartórios Integrados; que os Cartórios Integrados vieram para sanar uma situação caótica do Tribunal de Justiça. Contudo, asseverou que a maioria da advocacia baiana não simpatiza com o Cartório Integrado.

Sugeri que seja levada em conta a questão arquitetônica, sem tantas paredes brancas, construindo um ambiente humanizado. Adicionou que seja analisada a questão do atendimento ao público, informando que atualmente não existe uma organização na fila de atendimento, pois a própria estrutura do cartório não permite que se visualize qual a posição (na fila) dos advogados e partes que serão atendidos. Noticiou que será interessante padronizar o atendimento nos cartórios integrados, utilizando-se, por exemplo, a ferramenta de distribuição de senha.

Dra. Fabiana asseverou que é importante levar em conta as considerações trazidas pela OAB, para que o projeto de expansão dos cartórios integrados seja exitoso, destacando que a questão do atendimento e da estrutura física dos Cartórios Integrados são pontos de oportunidade a serem analisados por este Tribunal de Justiça.

Trouxe, ainda, à informação de todos, da implantação do Centro Integrado da Mulher, que abará o Cartório Integrado de Violência Doméstica, as Varas de Violência Doméstica, uma delegacia da mulher, uma sala para o Ministério Público e Defensoria, dentre outras unidades de atendimento, com esta matéria.

Dr. Cláudio Césare informou que os pontos de oportunidade trazidos pela OAB são de salutar importância e que independem do sistema de Cartório Integrado. Asseverou que os integrantes do Poder Judiciário, em geral, têm a obrigação de atender bem ao público, seja enquanto cidadãos, seja como servidores públicos. Ressaltou que o PJBA tem uma grave deficiência de pessoal e que há um indicativo inquestionável de que o Cartório Integrado acelera a prestação jurisdicional.

Dr. Joselito Miranda informou que corrobora com as afirmações de Dra. Fabiana. Expressou ser a favor da expansão dos cartórios integrados, e que é preciso vencer os problemas culturais da má prestação jurisdicional.

Dra. Andrea Paula agradeceu a colaboração de todos, congratulou à Diretoria de Primeiro Grau pela apresentação elucidativa dos projetos, informou que o Juiz Assessor Fábio Alexsandro ainda está em reunião extraordinária convocada pela presidência deste Tribunal e deu por encerrada a reunião.

Nada mais havendo, eu, Marcela Gonzaga, lavrei a presente ata.

Disponibilizo o link da presente reunião gravada no sistema de videoconferência:

<https://playback.lifefsize.com/#!/publicvideo/60e184ee-9b13-4eb2-ae6b-e66ddb5263d1?vcpubtoken=c3d576e2-8cd3-44bd-81d9-531d62449425>